

Preconceito sexual online: Intolerância homolesbotransfóbica no Facebook

Sheyla Christine Santos Fernandes¹

Leogildo Alves Freires²

Maria Lúcia Vicente da Silva³

Marcikele Nascimento Martins⁴

Samyra Araújo Ferro Rocha⁵

Resumo: O presente estudo objetivou conhecer a expressão do preconceito sexual no Facebook. Para tanto, páginas e grupos abertos de ativismo LGBTQ+ foram visitados e, a partir dos comentários dos participantes, foi construído um banco de dados textual. Esse banco foi analisado por meio do software Iramuteq, sendo realizada uma análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Os resultados apontaram que emergiram cinco classes temáticas da intolerância homolesbotransfóbica: Classe 1 (28,8% de aproveitamento) “exclusão familiar”; Classe 2 (30,8% de aproveitamento) “confrontação religiosa”; Classe 3 (13,6% de aproveitamento) “discursos de ódio”; Classe 4 (12,6% de aproveitamento) “aspectos políticos”; e por fim a Classe 5 (14,1% de aproveitamento) “cultura LGBTQ+”. Esses resultados corroboram a influência das cisheteronormas de gênero na manifestação da intolerância homolesbotransfóbica no Facebook. Conclui-se que esses resultados reproduzem os elementos danosos da expressão da intolerância reforçada por práticas e discursos preconceituosos tal como acontece no contexto *offline*, ilustrado pela crescente onda de violência contra a população LGBTQ+ que coloca o país na liderança do ranking mundial de crimes contra as minorias sexuais.⁶

Palavras-chave: Homofobia. Redes Sociais. Cyber-hate. Minorias Sociais.

¹ Doutora em Psicologia Social pela UFBA. Professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Email: sheyla.fernandes@ip.ufal.br

² Doutor em Psicologia Social pela UFPB. Professor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Email: leogildo.freires@ip.ufal.br

³ Graduada em Psicologia pela UFAL. Email: maria.silva@ip.ufal.br

⁴ Mestranda em Psicologia pela UFAL. Email: marcikele.nascimento@ip.ufal.br

⁵ Graduada em Psicologia pela UFAL. Email: samyra.rocha@ip.ufal.br

⁶ Esta pesquisa foi financiada pelo CNPq.

O Brasil, de certa maneira, vem acompanhando o panorama mundial de mudanças pró Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT+). Um importante exemplo dessas mudanças foi a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2011, de considerar a conjugalidade homossexual como regime jurídico da união estável, possibilitando a implementação da Resolução n. 175, publicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2013), que garante o direito ao casamento homoafetivo e da conversão de união estável para casamento civil.

Essas decisões jurídicas do Brasil asseguram a garantia de direitos formais aos casais homossexuais em todo o país, como o recebimento de herança, pensão alimentícia e a possibilidade de adoção, que anteriormente eram exclusivos dos casais heterossexuais (CNJ, 2013). Nos casos do direito à adoção, em 2015, o STF ratificou o direito à adoção homoparental, legitimando os arranjos constituídos por pessoas do mesmo sexo como entidades familiares e, portanto, sujeitas às mesmas regras e direitos que se aplicam aos casais heterossexuais (FREIRES, 2015). Paralelamente, persistem ainda, práticas preconceituosas ou discriminatórias que posicionam o Brasil como líder do ranking dos países que mais matam LGBT+ no mundo (GASTALDI et al, 2023).

Segundo o Dossiê anual da Acontece Arte e Política LGBTI+ e o Grupo Gay da Bahia (GGB), no ano de 2022 foram contabilizadas 273 mortes de LGBT+, em uma proporção de um assassinato a cada 32 horas em solo brasileiro (GASTALDI et al, 2023). Apesar deste contexto aparentemente positivo e de garantia de direitos pelo sistema jurídico brasileiro, a violência segue presente. Sob essa perspectiva, é possível apontar a existência de dois tipos de preconceito: um mais flagrante e outro mais sutil (PETTIGREW; MEERTENS, 1995).

O primeiro tipo de preconceito envolve sentimentos negativos contra determinado grupo e crenças de que esse grupo é inferior a outro. Já o segundo tipo se revela por meio de uma oposição às demandas do grupo alvo de preconceito, assim como um posicionamento contrário a políticas que buscam favorecê-lo (PETTIGREW; MEERTENS, 1995). Assim, apesar dos avanços no reconhecimento de alguns direitos

para LGBT+, mesmo após decisões judiciais notórias, não se encerra o debate sobre a efetivação de direitos das minorias sexuais. Tais reivindicações e conquistas de direitos ainda mobilizam fortes embates políticos entre grupos de interesses distintos e, muitas vezes, conflitantes (SILVA JUNIOR, 2013).

No modelo de manifestação sutil do preconceito, os indivíduos se expressam de maneira contrária à discriminação contra LGBT+ e ao mesmo tempo se opõem às demandas e reivindicações do grupo que é alvo de preconceito. É uma realidade tão frequente quanto os dados apresentados pelo GGB (2020). Embora seja recorrente pensar que o preconceito frente a grupos minoritários tenha diminuído ao longo do tempo, devido a aspectos relacionados à transformação do contexto social, político e histórico, constata-se que ele segue existindo, porém, sob uma forma de expressão mais velada e implícita (VALA; MONTEIRO, 2013; FREIRES, 2015; CERQUEIRA-SANTOS; NUNES; SILVEIRA, 2017).

Um aspecto complicador desse contexto é que esse tipo de expressão tem sido frequente também em diversas redes sociais, especialmente no Facebook (FERNANDES, et al., 2020), rede social que conta com mais de dois bilhões usuários/as ativos/as (STATISTA, 2023). Diante do exposto, discutir a expressão do preconceito sexual no Facebook parece bastante promissor no sentido de ampliar a compreensão sobre a intolerância contra a população LGBT+ no ciberespaço.

Segundo Müller e Schwarz (2020), é possível estabelecer um padrão de comparação entre dois grandes grupos de comunicação: as mídias tradicionais e as, então, chamadas mídias sociais digitais. A segunda, em contraste com a primeira, permite aos usuários uma auto-seleção de tópicos e pontos de vista em função do seu interesse. Para os autores, essa seleção preferencial tende a limitar o espectro de informação que as pessoas absorvem e criam “câmaras de eco” (SUNSTEIN, 2018) que, por sua vez, reforçam ideias similares (SCHMIDT et al., 2017).

Marques, Pinto e Alvarez (2016) acrescentam que as redes sociais online se tornaram mais propensas à propagação de grupos que assumem discursos de ódio

através da defesa de ideais de cunho xenófobo, racista e homofóbico, e assim procuram recrutar adeptos a estes ideais, principalmente, usuários mais jovens. Neste contexto, é fundamental mencionar que o uso do Facebook no Brasil veio acompanhado por problemáticas dignas de análise e relevância científica, uma vez que permitem compreender, por exemplo, a dinâmica de utilização dessa rede social bem como seus impactos na vida real de seus usuários (ALVES JUNIOR; FERNANDES, 2018; FERNANDES et al., 2021; REIS, 2018).

Os avanços proporcionados pela internet têm possibilitado o surgimento de diversos benefícios para a sociedade, tais como novas formas de interação social e um maior acesso à informação. No entanto, esses avanços também resultaram no aumento dos discursos de ódio que se propagam em escala global (CHETTY; ALATHUR, 2018). Por isso, o próprio Facebook instituiu normas mais rígidas em relação a perfis proliferadores de ódio e discriminação em seu espaço virtual (FACEBOOK, 2019).

Apesar do posicionamento do Facebook, que instituiu políticas de controle para conteúdos de natureza agressiva, os dados divulgados pelos Indicadores da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos revelam um cenário preocupante. Em 17 anos, a Central recebeu e analisou 163.008 denúncias anônimas de LGBTFobia, envolvendo 43.180 páginas em 8 idiomas. Além disso, os dados destacam que entre 2013 e 2020, o Facebook liderou o ranking como a rede social com o maior número de denúncias de LGBTFobia. Em 2022, essa rede social ocupou a terceira colocação, com 255 denúncias (DATASAFER, 2024).

Amaral e Coimbra (2015) corroboram esse cenário ao analisar a campanha “#eunãomereçoserestuprada”. Os comentários de ódio proferidos por usuários em suas redes sociais representam um problema alarmante. As autoras identificaram um padrão preocupante de propagação de violência simbólica, no qual essas concepções passam a validar posicionamentos morais e preconceituosos. Um exemplo dessa transposição da violência do virtual/real do preconceito foi verificado na corrida presidencial de 2018, período em que, segundo o GGB (2019), mais de uma dezena de pessoas LGBT+ em

diversas cidades do país denunciaram nas redes sociais e na mídia tradicional insultos e agressões físicas com motivação homofóbica durante a campanha eleitoral.

Em função disso, considerando as consequências do preconceito frente a minorias sexuais, e ainda, a escalada de violência na realidade brasileira que posiciona o país como líder mundial de assassinatos de pessoas LGBTQ+ e o número expressivo de pessoas que usam o Facebook, buscou-se observar como esses temas têm sido explorados nos últimos anos pelos pesquisadores no Brasil. As buscas, via método avançado, foram efetuadas no Scientific Electronic Library Online (SCIELO) Brasil (descritores “Facebook” e “Homofobia”). A primeira busca foi realizada considerando exclusivamente o primeiro descritor (“Facebook”), constataram-se, no total, 410 registros. Em um segundo momento, no entanto, essa busca foi restringida aos últimos cinco anos, verificando assim, um total de 392 registros. Esses resultados, denotam que a rede social Facebook tem sido relativamente explorada na literatura científica brasileira.

Por fim, a busca foi realizada combinando ambos os descritores, e apenas um único registro foi encontrado. Tratou-se do estudo de Bastos, Garcia e Sousa (2017), por sua vez, ancorado na perspectiva da Análise do Discurso francesa. Apesar da relevância do estudo acerca da temática, o período de busca desenhado pelos pesquisadores foi de 2013 a 2015. Além do mais, os autores delimitaram-se em analisar a página do Facebook da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

Desta forma, com o intuito de preencher uma lacuna na literatura brasileira acerca desta temática, o presente estudo objetivou conhecer a dinâmica de expressão da intolerância homolebotransfóbica no Facebook. O conceito do termo homolebotransfobia está articulado a uma extensão do conceito de homofobia (COSTA; NARDI, 2015), sendo este empregado como sinônimo de atitudes e comportamentos ofensivos frente a gays e lésbicas (CERQUEIRA-SANTOS; NUNES; SILVEIRA, 2017). Tem-se identificado junto aos grupos de ativistas LGBTQ+ variantes do termo homofobia em função do segmento ao qual se refere (e.g. lesbofobia,

transfobia), ou mesmo, a aglutinação de vários segmentos em uma única palavra, emergindo daí o termo homolesbotransfobia (GGB, 2018).

Metodologia

A coleta do material analisado foi realizada por colaboradores devidamente preparados. Inicialmente, por meio de consulta ao site da Rede Social Facebook (<http://facebook.com.br/>), foram selecionados 5 sítios mais relevantes (maior número de membros) a partir do descritor LGBT, dentre páginas e grupos abertos. A saber: Cartazes & Tirinhas LGBT (página com 682 mil seguidores), Universo LGBT (página com 492 mil seguidores), Humor Gay (página com 433 mil seguidores), Ditadura do Unicórnio (página com 191 mil seguidores) e Famílias LGBT (página com 158 mil seguidores).

A partir dessa seleção, uma segunda fase de buscas resultou na coleta das 5 postagens mais populares (curtidas ou compartilhadas). Por último, todos os comentários dessas postagens foram utilizados para a elaboração do corpus textual que serviu de base para as análises do presente estudo. Foi garantido o caráter anônimo de cada comentário, assegurando a não identificação dos perfis.

Os dados textuais foram transcritos no OpenOffice Writer. Após revisão dos comentários, aqueles que não correspondiam à temática LGBT+ foram eliminados, de modo que o corpus ficou caracterizado da seguinte maneira: 450 Unidades de Contexto Iniciais (UCIs) e 15. 874 palavras. Após a organização do corpus, os arquivos foram importados para o Bloco de Notas do Windows e salvos na codificação UTF-8 para análise no software Iramuteq (RATINAUD, 2020), o qual é hospedado no programa R. Decidiu-se dar enfoque à análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), contando com o suporte do software nas etapas de codificação e categorização.

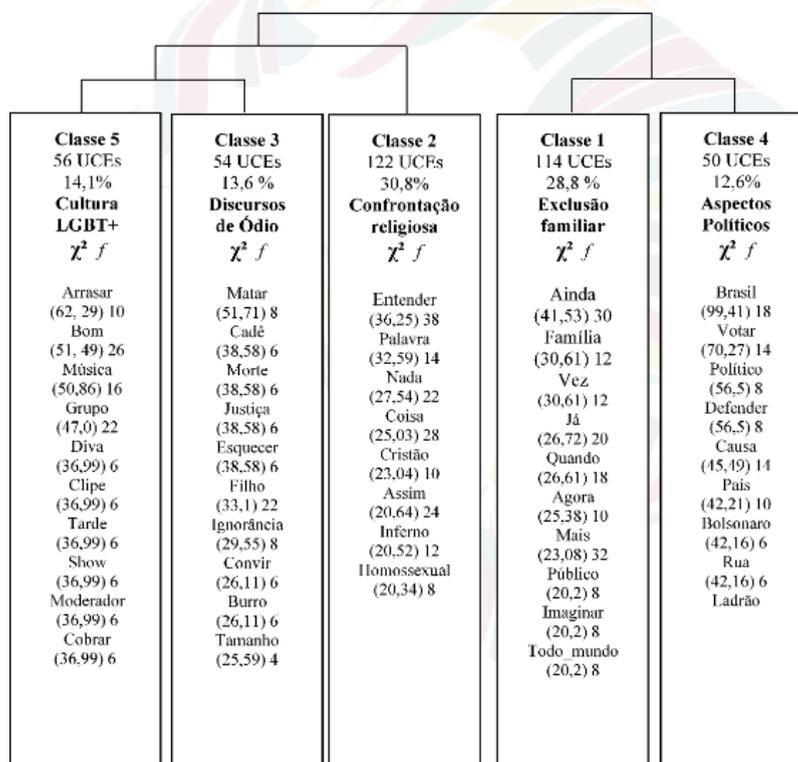
A CHD classifica os segmentos de texto com base em seus vocabulários, considerando frequência e qui-quadrado (χ^2), dando origem a classes de Unidades de

Contexto Elementares (UCEs) compostas por aquelas palavras que apresentam vocabulários similares entre si e distintos dos segmentos de texto das demais classes (CAMARGO; JUSTO, 2013). Ressalta-se que foram incluídos todos os termos que constam no modo automático (default) (e.g. adjetivos, advérbios, substantivos, verbos etc.) com o objetivo de tornar a análise mais ampla possível. Justifica-se que se reportaram apenas aqueles termos que atenderam cinco vezes ao critério $\chi^2 (1) \geq 3,84$ ($p < 0,05$) para as classes 1, 2 e 3 e dez vezes esse mesmo critério para as demais classes, com o objetivo de tornar o agrupamento de palavras intraclasse mais parcimonioso.

Resultados

A CHD se dividiu em 396 UCEs, das quais 88% foram consideradas na análise. Este corpus se dividiu em cinco classes (Figura 1).

Figura 1- Dendrograma da CHD do corpus preconceito sexual no *Facebook*



Conforme pode ser observado, são expostas no dendrograma as palavras de cada classe juntamente com os valores dos respectivos qui-quadrados (χ^2 ; entre parênteses) e a frequência de cada palavra.

A classe 1 foi denominada “rejeição familiar”, reunindo 28,8% das UCEs. Esta classe representa comentários relacionados aos processos de rejeição familiar no contexto LGBT+. É possível identificar aspectos inerentes à percepção da exclusão e discriminação no âmbito familiar e social. São frequentes os relatos de minorias sexuais a respeito da hostilização familiar de suas orientações sexuais e identidades de gênero. Assim, tais aspectos são citados como propensos a comprometerem a harmonia das relações familiares, enfraquecendo os vínculos afetivos e a própria dinâmica familiar. Esta classe pode ser exemplificada a partir de comentários como “não é fácil ser tratado como lixo da sociedade sem ter apoio da própria família”, “me assumi com 14 anos para a minha família só a minha mãe que não aceitou...aquela homofóbica” (Comentários resumidos da postagem 1); “agora me diz qual o mal que um gay faz a outra pessoa por se relacionar com alguém do mesmo sexo?; “Sociedade e a família vão se fuder!” (Comentários resumidos da postagem 2).

A classe 2 recebeu o título de “confrontação religiosa”, e representou 30,8% das UCEs do corpus. Esta classe está relacionada à vivência LGBT+ confrontada pela perspectiva religiosa. Tais concepções conotam a homossexualidade como pecado, ou seja, advém da premissa tangente à prática sexual entre pessoas do mesmo sexo ser qualificada como moralmente reprovável e pecaminosa, sendo que este juízo de condenação se encontra sustentado por alguns dos princípios da doutrina cristã. Assim, é possível exemplificar o porquê de pessoas LGBT+ se sentirem confrontadas religiosamente por suas identidades de gênero e orientação sexual em trechos como “Deus é amor, é caridade, é fraternidade... eu realmente não consigo entender e sinto pena de um ser humano que pensa assim...”; “hoje vejo como fui doutrinada anos por uma religião que não colocava o amor acima de tudo” (Comentários resumidos da postagem 1).

A classe 3 foi chamada de “discursos de ódio” e abarcou 13,6% das UCEs. Relacionada às classes 2 (confrontação religiosa) e 5 (cultura LGBT+), essa classe se refere à exposição de LGBTs+ aos discursos carregados emocionalmente pelo ódio no seu cotidiano virtual. Trechos que melhor exemplificam esta classe são “te orienta bicha disse apenas que a morte foi uma escolha em meio a tantas outras maneiras de seguir em frente” ; “nenhuma religião ensina o ódio e o preconceito aos seus semelhantes... ter tanto ódio por gays a faz uma doente mental que deve procurar tratamento... ela leu a parte que fala que o filho desobediente também deve ser morto” e “procuro ignorar tamanha ignorância pois não adianta debater com pessoas de mentes atrasadas e burra enfim a pablo é uma grande artista isso não tenho dúvidas”(Comentários resumidos da postagem 3).

A classe 4, nomeada como “aspectos políticos” representou 12,6% das UCEs. Esta classe está ligada à agenda governamental e pautas de reivindicações LGBT+ em defesa das minorias sexuais e as repercussões dos eventos referentes ao orgulho LGBT+ no Facebook. Respostas como “devemos nos atentar com as propostas dos políticos que dizem defenderem a nossa causa”; “você são capazes de levar multidões para as ruas... vamos nos unir nessa causa tão urgente para resgatar nosso país” e “porque vocês organizadores dos eventos lgbt não se organizam com o objetivo de conscientizar a população para um Brasil sem corrupção” (Comentários resumidos da postagem 4).

Finalmente, a classe 5 foi nomeada “Cultura LGBT+” (14,1% das UCEs), uma vez que se refere aos aspectos culturais e artísticos que são personalizados no Facebook e no cotidiano virtual dessa rede social online, em que recorrentemente emergem discursos variados envolvendo figuras públicas do meio LGBT+ na música, arte, cultura pop etc. São exemplos de trechos que descrevem esta classe: “gostei do clipe dela com o Lucas Lucco para enfrentar os preconceitos...”; “representa muito nós que somos lgfts, gosto muito dela e de suas músicas um ótimo artista representa bem a classe”; “ela canta super bem eu sou fã dela só algumas atitude que ela faz que eu não concordo mas as músicas dela são boas maravilhosa... sociedade você vai ter que nos engolir” e “gay que

não reconhece a importância da representatividade da Pabllo é muito burro concordo mas cada um tem sua opinião diva acho que ele chegou para arrasar” (Comentários resumidos da postagem 5).

Discussão

O presente estudo objetivou conhecer a dinâmica de expressão da intolerância homolebotransfóbica no Facebook. Os resultados das análises textuais do presente estudo possibilitaram identificar alguns elementos que permeiam cinco classes temáticas e/ou eixos organizadores da presentificação do preconceito sexual nesta rede social, a saber: (1) relações familiares; (2) concepções religiosas; (3) discursos de ódio; (4) aspectos políticos; e (5) cultura LGBTQ+. Importante destacar que, por mais que tais aspectos se encontrem didaticamente divididos, o que ocorre na prática é a inter-relação simultânea entre tais eixos, sendo plenamente possível, conjecturar padrões de regularidade do preconceito sexual no cotidiano brasileiro.

Nesta direção, cabe ponderar que no cenário brasileiro atual, a orientação sexual e a identidade de gênero de uma pessoa, apresentam-se ainda como um tema gerador de debates e diferentes posicionamentos a seu respeito, principalmente, quando se trata de alguém fora do contexto da heterossexualidade, em razão de confrontar o modelo tradicional de família nuclear, que historicamente se relaciona às noções de família e sexualidade (CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013; SOBRINHO et al., 2018). Tais debates e posicionamentos têm acontecido em diversos fóruns, sendo a internet, mais especificamente, as redes sociais, o espaço eleito para sediar tais embates no cotidiano de mais de 2,9 bilhões de pessoas com contas ativas no Facebook, por exemplo (STATISTA, 2023).

Acrescenta-se ainda, que o preconceito sexual é um fenômeno que se apresenta de forma diferenciada das demais expressões de preconceito (SOBRAL; SILVA; FERNANDES, 2019). Apesar de possuir uma base comum, manifesta-se através de

variadas configurações e origens próprias, sendo tipificado, portanto, como polimorfo, incorporando componentes sociais (culturais e políticos) relacionados ao preconceito e aos estigmas que o compõem, como as ideologias de cunho social (HEREK, 2015; MASSEY, 2009).

Costa e Nardi (2015) complementam que a ideia de que a heterossexualidade é o único padrão sexual considerado aceitável, concepção definida pelos autores como heterossexismo, vai além de preconceções e julgamentos tendenciosos acerca de não heterossexuais, mas é relacionado à manutenção dos papéis sociais e da reprodução de ideologias como o machismo e o sexismo. Tais aspectos podem ser mais bem elucidados pela ampliação trazida a partir do que tem sido debatido como matriz cisheteronormativa. Entende-se por cisheteronormatividade, todo e qualquer instrumento normativo de papéis de gênero, concebido de maneira essencialista, ou seja, trata-se de normas binárias que referendam a feminilidade/masculinidade a partir de determinantes biológicos.

Tais normas, incidem na sociedade, produzindo identidades sexuais impedidas de “possibilidades de derivação passível de apropriação pessoal, social, cultural e histórica do feminino e do masculino, por pessoas de ambos os sexos” (LIONÇO; DINIZ, 2008, p. 310). Conforme mencionado por Amaral e Coimbra (2015), a propagação de violência simbólica não se restringe ao ambiente virtual, mas também na vida real, quando tais concepções passam a validar posicionamentos morais e preconceituosos.

No que diz respeito ao presente estudo, a propagação da intolerância homolesbotransfóbica no Facebook tende a ser amparada pela cisheteronormatividade, atingindo diversas esferas da vida de pessoas LBGT+, reverberando em processos de exclusão e discriminação, como é o caso da hostilização familiar em função de aspectos como a orientação sexual e identidades de gênero. A família, por se tratar da primeira instância de socialização de um indivíduo, trata-se também, na maioria das vezes, da primeira instância de exclusão das minorias sexuais. Tais processos de exclusão

precoces tendem a ser perigosos, sobretudo, porque segundo Silva e Cerqueira-Santos (2018), o suporte social da família, por meio da aceitação, atua como preditor de maior autoestima, maior apoio social e estado geral de saúde, podendo funcionar como fator de proteção contra a depressão, abuso de substâncias, ideação e comportamentos suicidas.

No caso da percepção de rejeição e discriminação no âmbito familiar e social, são frequentes os relatos de minorias sexuais a respeito do enfraquecimento dos vínculos afetivos e comprometimento da dinâmica familiar harmoniosa. Principalmente, quando nesse contexto permeiam discursos carregados de ódio e confrontação de natureza religiosa (COELHO, 2015). Esses elementos fomentam discursos de ódio, que por sua vez, podem ser utilizados como justificadores do preconceito frente às minorias sexuais (MESQUITA; PERUCCHI, 2016). Nesse contexto, a internet tem funcionado como um amplificador de opiniões anteriormente marginalizadas, e o Facebook, assim como outras plataformas, tornou-se um cenário onde diferentes narrativas disputam entre si. As minorias frequentemente enfrentam intolerância e desqualificação, o que acarreta em um considerável sofrimento existencial para essas populações (DANTAS; ABREU, 2016)

Os discursos de ódio são produzidos a partir de uma falsa percepção de anonimato e afastamento físico que instauram no agressor um sentimento de impunidade, criando assim um cenário onde a responsabilidade por esses abusos é frequentemente ignorada. Nessas circunstâncias, os indivíduos encontram nas redes sociais online espaços que aparentam oferecer uma liberdade ilimitada para ofender ou expressar suas opiniões acerca de um indivíduo, coletividade ou assunto. Isso resulta na discriminação contra segmentos sociais historicamente vulnerabilizados e excluídos (FEITOSA; MORATO, 2019).

Neste contexto, a presença e a representatividade da cultura LGBT+ desempenham um papel fundamental no combate direto à estigmatização, que historicamente normaliza expressões de preconceito. A reivindicação por espaços

identitários, a busca pela liberdade de expressão e a promoção de tratamento não discriminatório são temas centrais dessa cultura (LOPES, 2005). Atualmente, a cultura LGBTQ+ tem se inserido em ambientes onde antes não estava presente, como nos discursos acadêmicos, políticos e governamentais (BORTOLETTO, 2019). Esses ambientes têm contribuído para fortalecer essa luta, enquanto paralelamente discursos similares são difundidos nas redes de comunicação e informação através de diversos atores sociais, incluindo os influenciadores digitais (SILVA; GOMES, 2020).

Considerações Finais

A aversão à comunidade LGBTQ+ segue sendo registrada a partir de altos índices de violência contra esse grupo. Os resultados do presente estudo corroboram os dados da escalada brasileira de violência homotransfóbica nos últimos anos. Deste modo, identificam-se dois tipos de manifestações das atitudes preconceituosas contra LGBTQ+: uma direta, denominada real ou concreta, constatada pelos índices das pesquisas do GGB e outra indireta, denominada online ou virtual, constatada pelos comentários de usuários da maior rede social do mundo, o Facebook, no presente estudo. Nesse sentido, seria interessante contar com outros estudos com corpus textuais mais expressivos e heterogêneos, considerando outras redes sociais, tais como o Instagram e o Twitter que também têm figurado expressivamente no cotidiano dos internautas brasileiros.

Ao analisar a configuração dos discursos conservadores presentes no atual estudo é possível realizar uma divisão em dois polos: o primeiro polo, que permite situar o posicionamento da classe política brasileira frente às pautas de reivindicações LGBTQ+; e o segundo, que por sua vez focaliza figuras públicas do meio LGBTQ+ na música, arte, cultura pop etc. Destaca-se que tais condutas preconceituosas não se constituem, em si, “disposições individuais”, mas sim como um produto de aspectos históricos, políticos e culturais demarcados e influenciados diretamente pela sociedade,

no seu sentido mais amplo, e incorporando os dispositivos “normatizadores”, que simbolicamente instituem padrões e condutas relacionais (intra e intergrupais).

No que diz respeito aos resultados do presente estudo, em geral, é possível identificar uma base cisheteronormativa da intolerância homolesbotransfóbica no Facebook, cujos elementos que a permeiam estão amparados em padrões de regularidades similares ao ambiente *offline*. Ou seja, estes dados comprovam que a situação das minorias sexuais ainda é crítica no Brasil. Finalmente, apesar dos objetivos terem sido satisfatoriamente alcançados, há algumas potenciais limitações. Ressalta-se o caráter unilateral do corpus textual utilizado no presente estudo, fato que impossibilita generalizações para todo o ambiente virtual brasileiro. Sendo assim, espera-se que estudos futuros sejam levados a cabo, a partir do que foi levantado nesta oportunidade, uma vez que, estudos dessa natureza são fundamentais para preencher lacunas existentes na literatura da área.

Referências

ALVES JUNIOR, Jorge; FERNANDES, Sheyla Christine Santos. **A rede social Facebook: uma análise a partir da teoria da ação planejada**. Revista Querubim, v.14, n 2, p. 102- 113, 2018.

AMARAL, Adriana.; COIMBRA, Michele. **Expressões de ódio nos sites de redes sociais: o universo dos haters no caso #eunãomereçoserestuprada**. Revista Contemporânea: comunicação e cultura, v. 13, p. 294–310, 2015.

BARBOSA, Ministro Joaquim. **Resolução N° 175**. Conselho Nacional de Justiça, 2013. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_175_14052013_16052013105518.pdf. Acesso em: 23 de junho de 2023.

BASTOS, Gustavo Grandini; GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão. **A homofobia em discurso: direitos humanos em circulação**. Linguagem em

(Dis)curso, v. 17, p. 11–24, 2017.

BORTOLETTO, Guilherme Engelman. **LGBTQIA+**: identidade e alteridade na comunidade. 2019. 1–32 f. Universidade de São Paulo, 2019.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **IRAMUTEQ**: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, v. 21, p. 513–518, 2013.

CECÍLIO, Mariana Silva; SCORSOLINI-COMIN, Fábio; SANTOS, Manoel Antônio dos. **Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro**. *Estudos de Psicologia*, v. 18, n. 3, p. 507–516, 2013.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder; CARVALHO, César Augusto de Sá G.; NUNES, Lucas Menezes; SILVEIRA, Aline Pompeu. **Homofobia internalizada e religiosidade entre casais homoafetivos**. *Temas em Psicologia*, v. 25, p. 691–702, 2017.

CHETTY, Naganna; ALATHUR, Sreejith. **Hate speech review in the context of online social networks**. *Aggression and Violent Behavior*, v. 40, p. 108–118, 2018.

COELHO, Rafael Teruel. **A tradição judaico-cristã e a homofobia**: substratos ideológicos de um preconceito. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 1, n. 1, p. 162–170, 2015.

COSTA, Ângelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. **Homofobia e preconceito contra diversidade sexual**: debate conceitual. *Temas em Psicologia*, v. 23, p. 715–726, 2015.

DANTAS, Wellington Miguel; ABREU, Giovanna. Homofobia não: violência simbólica e preconceito em uma comunidade ativista do Facebook. *Temática*, v. 12, n. 6, p. 124–140, 2016.

DASAFER. **Indicadores da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos**. 2024. Disponível em: <<https://indicadores.safernet.org.br/>>.

FACEBOOK. **Facebook newsroom**: company info. 2019. Disponível em: <http://newsroom.fb.com/company-info/>.

FEITOSA, Cleyton; MORATO, Rafael. **Crimes de ódio virtuais contra LGBT no Brasil:** o Humaniza Redes como proteção estatal. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 10, p. 208–230, 2018.

FERNANDES, Sheyla; MELO, Érica.; NASCIMENTO, Marcikele; et al. **A reação das vítimas ao cyber-hate no Facebook:** Contribuições da Teoria da Ação Planejada. *New Trends in Qualitative Research*, v. 9, p. 278–285, 2021.

FERNANDES, Sheyla; NASCIMENTO, Marcikele; PEREIRA, Alanda; MELO, Erika; CARLOS, Kathleen. **Relações raciais no Facebook:** Análise de comentários acerca de conteúdos raciais digitais. *New Trends in Qualitative Research*, v. 4, p. 317–329, 2020.

FREIRES, Leogildo Alves. **Atitudes frente a homoparentalidade:** Uma explicação a partir de variáveis explícitas e implícitas, 2015. 288p. Tese (Doutorado) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga; BENEVIDES, Bruna; COUTINHO, Gustavo; et al. **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2022:** Dossiê da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia, 2023. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>. Acesso em: 23 de junho de 2023.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes Violentas De LGBT+ No Brasil – 2019:** Relatório do Grupo Gay da Bahia. 2020. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-2019.pdf>. Acesso em: 09 de março de 2024.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Pessoas LGBT mortas no Brasil:** Relatório 2018. 2019. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>. Acesso em: 09 de março de 2024.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório 2017 sobre pessoas LGBT mortas no Brasil.** 2018. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2020/03/relatorio-2017.pdf>. Acesso em: 09 de março de 2024.

HEREK, Gregory M. **Beyond “homophobia”**: Thinking more clearly about stigma, prejudice, and sexual orientation. *American Journal of Orthopsychiatry*, v. 85, p. 29–37, 2015.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. **Homofobia, Silêncio e Naturalização**: por uma narrativa da diversidade sexual. *Psicologia Política*, v. 16, n. 8, p. 307–324, 2008.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O direito ao reconhecimento para gays e lésbicas**. *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 2, n. 2, p. 64–95, 2005.

MARQUES, Teresa Paula; PINTO, Alexandra Marques; ALVAREZ, Maria-João. **Estudo Psicométrico da Escala de Avaliação dos Riscos e Oportunidades dos Jovens Utilizadores do Facebook**. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación - e Avaliação Psicológica*, v. 1, p. 145–158, 2016.

MASSEY, Sean G. **Polymorphous prejudice**: Liberating the measurement of heterosexuals’ attitudes toward lesbians and gay men. *Journal of Homosexuality*, v. 56, p. 147–172, 2009.

MESQUITA, Daniele Trindade; PERUCCHI, Juliana. **Não apenas em nome de deus**: discursos religiosos sobre homossexualidade. *Psicologia & sociedade*, v. 28, n. 1, p. 105–114, 2016.

MÜLLER, Karsten.; SCHWARZ, Carlo. **Fanning the Flames of Hate**: Social Media and Hate Crime. *Journal of the European Economic Association*, v. 19, n. 4, p. 2131–2167, 2020. Oxford Academic.

PETTIGREW, Thomas F.; MEERTENS, Roel W. **Subtle and blatant prejudice in Western Europe**. *European journal of social psychology*, v. 25, n. 1, p. 57–75, 1995.

RATINAUD, Pierre. **IRAMUTEQ**: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. 2020. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/>. Acesso em: 23 de junho de 2023.

REIS, Priscila. **A ideia de esfera pública virtual nas redes sociais**: um estudo das interações entre usuários e representantes do estado no facebook. *Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas*, v. 8, n. 22, 2018.

SCHMIDT, Ana Lucía.; ZOLLO, Fabiana; DEL VICARIO, Michela; et al. **Anatomy of News Consumption on Facebook**. Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 114, p. 3035–3039, 2017.

SILVA JUNIOR, Assis Moreira. **As minorias sexuais e as políticas públicas do governo federal: entre avanços e retrocessos**. Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas, v. 1, p. 21–54, 2013.

SILVA, Bruno de Brito.; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. **Apoio social na autoestima e identidade social de pessoas trans brasileiras**. Revista Psico PUC, v. 49, p. 422–432, 2018.

SILVA, Phelipe Daniele Rodrigues; GOMES, Isaltina Mello. **Disputas pela significação no discurso do HIV/aids: um percurso na ciência, na literatura, na militância LGBTI e nos canais do YouTube**. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, v. 14, n. 4, p. 857–869, 2020.

SOBRAL, Helenizia Santos; SILVA, Maria Lucía Vicente da; FERNANDES, Sheyla Christine Santos. **Homofobia: o que a psicologia brasileira tem a dizer?** Artigo de revisão. CES Psicología, v. 12, n. 3, p. 20–34, 2019.

SOBRINHO, Aline G. O.; CAETANO, Eduarda B.; CORDEIRO, Laura T.; et al. **A manifestação da sexualidade do indivíduo assexual**. Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas, v. 8, n. 22, 2018.

STATISTA. **Facebook MAU worldwide 2023 | Statista**. 2023. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/264810/number-of-monthly-active-facebook-users-worldwide/>.

SUNSTEIN, Cass R. **Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media**. Princeton University Press, 2018.

VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedicta. **Psicologia Social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

Online sexual prejudice: homolesbotransphobic intolerance on facebook

Abstract: The present study aimed to understand the expression of sexual prejudice on Facebook. To this end, open LGBT+ activism pages and groups were visited and, based on participants' comments, a textual database was built. This database was analyzed using the Iramuteq software, and a Descending Hierarchical Classification (CHD) analysis was carried out. The results showed that five thematic classes of homolesbotransphobic intolerance emerged: Class 1 (28.8% success rate) “family exclusion”; Class 2 (30.8% success rate) “religious confrontation”; Class 3 (13.6% success rate) “hate speech”; Class 4 (12.6% success rate) “political aspects”; and finally Class 5 (14.1% success rate) “LGBT+ culture”. These results corroborate the influence of cisheterogender norms on the manifestation of homolesbotransphobic intolerance on Facebook. It is concluded that these results reproduce the harmful elements of intolerance expression reinforced by prejudiced practices and discourses, as occurs in the offline context, illustrated by the growing wave of violence against the LGBT+ population, which places the country at the forefront of the world ranking of crimes against sexual minorities.

Keywords: Homophobia. Social media. Cyber-hate. Social Minorities.

Recebido: 27/06/2023

Aceito: 25/03/2024